

POR UM ARQUIVO HISTÓRICO DO VINHO DO PORTO

Gaspar Martins Pereira

Professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. O PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DOS VINHOS DO PORTO E DOURO

As actividades de produção, transporte, armazenamento, comércio e fiscalização dos vinhos do Douro produziram, durante séculos, uma vasta documentação. Infelizmente, para os períodos mais antigos, perderam-se espólios importantíssimos. Arderam na sua quase totalidade, no século XIX, os cartórios dos conventos cistercienses da Beira Douro que mais investiram na actividade vinhateira desde finais da Idade Média. Mas subsiste, mesmo para o período medieval, documentação dispersa, integrada quer em arquivos públicos quer em colecções privadas. O mesmo poderia dizer-se para a documentação da Época Moderna até ao advento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. Desta época sobreviveram algumas colecções importantes, em especial nos arquivos públicos, como a série de livros da *Imposição do Vinho*, que vai de finais do século XVI a meados do século XVIII, guardada no Arquivo Histórico Municipal do Porto¹. Ou, ainda, diversa documentação de congregações monásticas com interesses na região duriense (nomeadamente, no Arquivo Distrital do Porto)².

A partir da instituição da Companhia, a documentação avoluma-se. A importância estratégica do vinho do Porto na economia nacional e a sua precoce internacionalização suscitaram o pioneirismo de políticas reguladoras de controlo de qualidade e defesa da marca (demarcação da área produtora, regulamentação da produção e do comércio, qualificação e certificação do produto), mas também a difusão de formas de organização empresarial moderna, em especial nas casas inglesas que dominavam o comércio e, a montante, da especialização de quintas vinhateiras, vocacionadas desde cedo para a produção mercantil.

No Douro, no Porto e em Gaia, guardam-se inúmeras colecções relacionadas com a produção, transporte e comércio do vinho do Porto, bem como com o controlo e fiscalização dessas actividades, que constituem, no seu conjunto, um património arquivístico sem paralelo a nível mundial.

2. OS ARQUIVOS DE ENTIDADES REGULADORAS

Entre os arquivos das entidades reguladoras do sector sobressai o da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, uma colecção excepcional, única em todo o mundo, constituída por vários milhares de livros e documentos avulsos, manuscritos e impressos, actualmente guardados na sede da Real Companhia Velha, em Vila Nova de Gaia. Sendo, hoje, um arquivo privado, reúne documentação relativa a funções públicas delegadas pelo Estado à Companhia (no período de 1756 a 1852) para a execução das políticas reguladoras de controlo sobre a região produtora e o sector do vinho do Porto. Para levar a cabo essas políticas, a Companhia recebeu não só privilégios e exclusivos na sua acção económica, mas também funções fiscais e jurisdicionais. Foi-lhe ainda confiada a execução e gestão de diversos empreendimentos públicos (estradas, navegabilidade do Douro, obras da Barra, escolas, etc.). A Companhia só viria a perder, definitivamente, as funções de tutela, na sequência da legislação fontista de 1852 (anteriormente, depois da instauração do regime liberal, tinham-lhe sido retirados esses poderes em 1834, mas reatribuídos, logo a seguir, em 1838). A partir de 1852, a Companhia passou a actuar como qualquer outra empresa comercial, mantendo, no entanto, em seu poder toda a documentação produzida anteriormente.

Em 1988, face à tentativa de venda deste arquivo para o estrangeiro, foi o mesmo objecto de classificação por Portaria da Secretaria de Estado da Cultura. Mais recentemente, pela Lei de Criação do Museu da Região do Douro, de 2 de Dezembro de 1997, a Assembleia da República decidiu da sua incorporação naquele Museu, com sede na Régua, sendo necessário que o Estado promova as diligências necessárias para o efeito. Entretanto, uma equipa dirigida pelo Professor Fernando de Sousa – que nos irá falar disso, daqui a pouco – está, actualmente, a proceder ao inventário das espécies documentais aí existentes, de acordo com um projecto apoiado financeiramente pelo Programa Operacional do Norte.

À Companhia sucedeu, em 1852, uma comissão interprofissional, composta, em regime de paridade, por produtores e negociantes, a Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro. Faltam-nos estudos sobre este período-chave da história institucional do vinho do Porto e da sua região de origem. Mas a acção da Comissão parece ter sido bastante apagada, anunciando o regime de liberdade de produção e comércio no sector, instaurado em 1865. Mais importante foi, sem dúvida, a acção da Comissão de Viticultura da Região do Douro, criada pela legislação franquista de 1907, que reinstaurou o intervencionismo do Estado no sector. Esta Comissão, dominada por personalidades ligadas ao célebre «movimento dos paladinos»³, irá funcionar até à Fundação da Casa do Douro, em 1932.

Em 1932-1933, o sector do vinho do Porto viria a ser sujeito a uma organização de tipo corporativo, repartindo-se as funções de tutela por organismos profissionais de inscrição obrigatória, a Casa do Douro, com funções de disci-

plina da lavoura, e o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, com funções de disciplina do comércio exportador. No topo do triângulo corporativo, o Instituto do Vinho do Porto representava o Estado e deveria conciliar os interesses da produção e do comércio, competindo-lhe, nomeadamente, fiscalizar e garantir a qualidade do produto, fornecendo certificados de origem, realizar estudos científicos, promover o vinho do Porto nos mercados externos e zelar pela defesa internacional da marca.

Se a documentação produzida pela Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro e pela Comissão de Viticultura da Região do Douro é desconhecida, à excepção do que foi publicado na época, situação bem diferente ocorre em relação aos organismos corporativos.

O *Arquivo do Instituto do Vinho do Porto* inclui documentação resultante da actividade do Instituto desde a sua instituição, em 1933 (actas; promoção externa e defesa da marca no estrangeiro; classificação de vinhos; fiscalização; etc.). Encontra-se, ainda, na sede do Instituto, no Porto, mas a documentação de 1933 a 1974 irá ser transferida, em breve, para o Arquivo Distrital do Porto, onde irá ser tratada e inventariada, devendo, futuramente, ficar instalada, em regime de depósito, no Museu da Região do Douro, na Régua, logo que estejam criadas condições para o efeito.

O *Arquivo da Casa do Douro* integra documentação produzida desde 1932, nomeadamente, Actas da Câmara Sindical, Actas da Direcção, documentação relativa a inspecções, os ficheiros do cadastro da Região Demarcada do Douro, etc. Encontra-se na sede da Casa do Douro, na Régua, misturado, em grande parte, com o arquivo vivo, já que a instituição se mantém em funções. Tal como o Arquivo do IVP, também o da Casa do Douro é referido na Lei de criação do Museu da Região do Douro, que preconiza a sua eventual incorporação nesse organismo.

Com a extinção do *Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto*, em 1974, a documentação desta associação corporativa, criada em 1933, foi incorporada no IVP. Sabemos, no entanto, que pelo menos parte dessa documentação se encontra na sede da Associação de Empresas do Vinho do Porto, em Gaia.

3. ARQUIVOS FAMILIARES E DE EMPRESAS

Na perspectiva do investigador da história da vinha e do vinho, as fontes de informação anteriores não dispensam a consulta da abundante documentação existente noutros arquivos públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Entre os arquivos públicos destacam-se o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (onde existe uma importante série documental da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro), em Lisboa, e do Public Record Office, em Londres⁴. Algumas bibliotecas possuem também espólios arquivísticos significativos para a história do vinho do Porto. Refira-se, a título de exemplo, a Biblioteca Nacional

(nomeadamente na Colecção Pombalina), a Biblioteca de Vila do Conde (fundo dos Condes de Azevedo) ou a Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto.

Não menos importante é o manancial de documentação existente nas sedes das empresas exportadoras, no Entrepasto de Gaia, bem como em diversas quintas da Região Demarcada do Douro. Fundamentais para a história do vinho do Porto, estes arquivos privados são, naturalmente, de consulta reservada e muitas vezes não dispõem de qualquer instrumento de pesquisa. Nos últimos anos, tem-se verificado uma crescente atenção a esse património por parte dos respectivos proprietários, assistindo-se a esforços no sentido da sua conservação, instalação em condições mais adequadas, tratamento, organização e, em certos casos, criação de condições de acesso aos investigadores. No Entrepasto de Gaia, merece destaque especial o arquivo da empresa A. A. Ferreira (que reúne arquivos menores, mas também importantes, de outras empresas, como o da Hunt, Roope & Co., Constantino, etc.). Durante quase vinte anos, o arquivo da Ferreira foi organizado por Maria Luísa Olazabal, o que permitiu diversos estudos monográficos⁵. Actualmente, é dirigido por uma arquivista (Paula Montes Leal) e possui condições de atendimento público. Também a empresa Ramos Pinto iniciou, em 1995, a organização do seu arquivo, com a dedicação de Graça Nicolau de Almeida, possibilitando a realização de alguns estudos académicos. Outros arquivos, como os da Sandeman e da Forrester, têm também acolhido o trabalho de investigadores, como Paul Duguid e Norman Bennett⁶. Se houve arquivos, como o da Noval e da Burmester, que se perderam irremediavelmente, outras colecções arquivísticas são hoje objecto de cuidados por parte das respectivas empresas proprietárias. Seria utilíssimo um instrumento de pesquisa, por simples que fosse (um roteiro, por exemplo), que referenciasse o vasto património arquivístico do Entrepasto de Gaia. Os trabalhos de levantamento do «Património Documental», realizados, sob a coordenação da Professora Alcina Manuel, da Universidade Portucalense, no âmbito do projecto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de «Caracterização do Património Histórico e Cultural da Zona Histórica de Gaia – Zona do Entrepasto do Vinho do Porto», poderão dar-nos, em breve, novos instrumentos para o conhecimento desses arquivos.

O mesmo poderia dizer-se em relação às colecções familiares existentes no Douro. Em certos casos, têm sido tratadas e organizadas com o apoio de técnicos de arquivos públicos ou de unidades de investigação. Foi o que aconteceu com o Arquivo do Paço de Cidadelhe, organizado pelo Arquivo Distrital de Vila Real⁷. Técnicos deste arquivo estão também a organizar o espólio da Casa da Calçada, de Provesende. Por sua vez, investigadores do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) organizaram o Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro⁸ e estão a organizar o Arquivo da Quinta da Pacheca, da família Serpa Pimentel, tendo já tratado, inventariado, estudado e publicado boa parte dos pergaminhos, muitos dos quais remontam ao século XV⁹. É um movimento que poderá generalizar-se e descobrir um património fundamental para um maior conhecimento da

história da região. Sabe-se que algumas casas e quintas guardam importantes espólios documentais, como o Solar de Mateus, que recebeu recentemente o apoio do Programa Operacional da Cultura para organizar o seu arquivo, ou ainda a Quinta do Paço de Monsul, com documentação que remonta, pelo menos ao século XIV, e muitas outras, mas não possuem ainda instrumentos de pesquisa e o seu acesso é bastante reservado.

4. PRESERVAR, ORGANIZAR, DIVULGAR

O património arquivístico ligado à Região Demarcada do Douro e ao vinho do Porto possui, indubitavelmente, uma importância mundial, pelo pioneirismo das políticas de regulação e de intervenção do Estado numa região vitícola. Disperso por diversas instituições, esse património tem estado, na sua maior parte, vedado aos investigadores, desorganizado e, em certos casos, em risco. Justificar-se-ia, por um lado, a sua concentração num arquivo temático de carácter nacional, de modo a facilitar a preservação e valorização (quer através do seu tratamento especializado, quer através do seu estudo) de espólios únicos a nível internacional. No entanto, tal objectivo é, pelo menos a curto prazo, impossível de alcançar, por razões institucionais, financeiras e, mesmo, técnicas. Além disso, no caso de muitos arquivos empresariais e de família a sua descontextualização poderá representar perdas de significado e de função. Daí que me pareça mais prudente considerar vários níveis de intervenção na defesa deste património arquivístico.

Penso que, no caso dos arquivos das entidades reguladoras do vinho do Porto, deveriam concentrar-se num Arquivo Histórico do Vinho do Porto, um dos núcleos previstos para o Museu da Região do Douro, de acordo com a respectiva Lei, devendo, no entanto, tal núcleo dotar-se de espaços e recursos técnicos adequados e integrar-se na rede pública de arquivos.

A par das colecções próprias, ou nele depositadas, esse arquivo poderia ainda empreender um conjunto de contactos com outros arquivos nacionais e estrangeiros no sentido de obter cópias, em suporte digital, de documentação importante para a história dos vinhos do Douro dispersa por esses arquivos (ANTT, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Arquivo do Itamaraty, Public Record Office, etc.).

Em relação às colecções privadas, familiares ou de empresas, haveria todo o interesse em promover-se acções de cooperação entre as empresas do sector, instituições públicas e privadas, organismos universitários, arquivos, centros de investigação, etc., com vista a mobilizar recursos técnicos e humanos adequados para a preservação, estudo e divulgação desses acervos. Numa primeira fase, seria de toda a utilidade a elaboração de roteiros dessas colecções.

Dentro do espírito do art. 4º da Lei 125/97, que criou o Museu da Região do Douro, o núcleo do Arquivo Histórico do Vinho do Porto poderia, eventualmente, incorporar algumas dessas colecções (nomeadamente, as que se

encontrassem em risco de dispersão ou degradação) ou, pelo menos, fornecer a empresas e particulares apoio técnico para a salvaguarda e organização dos seus fundos documentais, mesmo nas situações em que não se verificasse uma transferência de propriedade ou a instalação em depósito de tais fundos.

NOTAS

- ¹ BRITO, Pedro – *O comércio portuense de vinho no século XVI, através do Livro A da Imposição do Vinho*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». 2ª série, n.os 7-8. Porto, 1989-1990, p. 139-207; SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. 2 vol. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988; SILVA, Francisco Ribeiro da; CARDOSO, António Barros – *O comércio de vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII*. «Douro – Estudos & Documentos», nº 1. Porto: GEHVID, 1996 (1º).
- ² Cf., a título de exemplo, PEREIRA, Gaspar Martins – *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*. «Revista de História Económica e Social», nº 13. Lisboa: Sá da Costa Ed., 1984, p. 13-49
- ³ Cf. SEQUEIRA, Carla – *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD, 2000.
- ⁴ Em qualquer desses arquivos muita da respectiva documentação tem vindo a ser recolhida e estudada por investigadores do GEHVID.
- ⁵ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa – *Dona Antónia*. Porto: A. A. Ferreira, 1996; ARAÚJO, H. Gomes de – *A Casa Ferreira*. Lisboa: Quetzal, 2001.
- ⁶ Cf., entre outros trabalhos, DUGUID, Paul – *Lavradores, exportadores, comissários e capitalistas: os componentes da região do vinho do Porto*. «Douro – Estudos & Documentos», nº 2. Porto: GEHVID, 1996 (2º), p. 201-224; BENNETT, Norman – *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*. «The Journal of European Economic History», nº 24, 1995.
- ⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL – *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Mesão Frio: C. M. Mesão Frio, 1996.
- ⁸ FAUVRELLE, Natália; LEAL, Paula Montes – *Arquivo da Quinta de Santa Júlia de Loureiro*. «Douro – Estudos & Documentos», nº 4. Porto: GEHVID, 1997 (2º), p. 377-385.
- ⁹ Cf. BARROS, Amândio; LEAL, Paula Montes – *Os Pergaminhos da Quinta da Pacheca*. I. Porto: GEHVID/Associação Beira Douro, 2001.